



Evento	Reunião do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações
Data	29/01/2026
Horário	14h
Local	Híbrida - Presencial na Sala de Reuniões da Presidência e Telepresencial pelo <i>Google Meet</i>
Presentes	<ul style="list-style-type: none">- Desembargador Coordenador, Edmundo Fraga Lopes;- Desembargador Vice-Corregedor Regional, Edison dos Santos Pelegrini;- Juíza Auxiliar da Presidência, Daniela Macia Ferraz Giannini (titular);- Secretária-Geral da Presidência Substituta, Fabiana Aleixo Stelzer;- Secretário de TIC, Herbert Wittmann;- Secretária da Administração, Ana Sílvia Damasceno Cardoso Buson;- Assessora de Gestão Estratégica, Iara Cristina Gomes;- Representante da Assessoria da Escola Judicial, Alessandro Quinones Schumacher;- Chefe da Divisão de Apoio aos Comitês e às Comissões, Patricia Luchi Pesce.
Ausências justificadas	<ul style="list-style-type: none">- Juiz de Primeiro Grau, Alessandro Tristão;- Diretor-Geral, Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser;- Secretário-Geral Judiciário, Paulo Eduardo de Almeida.
Pauta / Assuntos	<ul style="list-style-type: none">1-<u>PROAD 24910/2025</u>: Plano de capacitação da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança Cibernética (ETIR) - 2026;2-<u>PROAD 24902/2025</u>: Plano de Capacitação dos Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC) - 20263-Plano anual de capacitação de TIC de 2025 - Cursos realizados (tabela anexa);4-<u>PROAD 25289/2025</u>: Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2026 (PDTIC 2026);5-Priorização extraordinária do DED 1501, para atendimento de tarefas relacionadas a módulos do SIGEP-JT, em demanda emergencial da Secretaria de Gestão de Pessoas - Requerimento da Diretoria-Geral;6-<u>PROAD 13987/2024</u>: Recomendação CNJ nº 152/2024, que trata de cooperação judiciária entre os TRTS da 15ª e 4ª Regiões;7-<u>PROAD 1515/2026</u>: Atualização da Portaria GP nº 062/2022, que definiu quais são as aplicações consideradas essenciais/estratégicas neste Tribunal, inclusive nos sistemas dentro do Plano de Gestão de Riscos de TIC e do plano de Gestão de Continuidade de Serviços de TIC. Proposta de alterar os sistemas “Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas - CEAT” e “Consulta de Jurisprudência” por sistemas correlatos nacionais;8-<u>PROAD 25296/2025</u>: Ciência de que Secretário de Auditoria atuará como interlocutor e de quem haverá auditoria sistêmica do CSJT em governança da informação, assim como em gestão das equipes de desenvolvimento e sustentação do PJe;9-<u>PROAD 25868/2025</u>: Continuidade das providências para atendimento à Portaria CNJ 471/2025, que regulamenta o Prêmio CNJ de Qualidade - edições 2026 e 2027;10-<u>PROAD 1697/2026</u>: Sugestão de encaminhamento para o atendimento das exigências contidas na avaliação de maturidade em tecnologia da informação e comunicação que é realizada anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, avaliação esta conhecida como IGovTIC-JUD;

O Excelentíssimo Desembargador Coordenador, Edmundo Fraga Lopes, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todas e a todos pela participação na reunião mensal ordinária do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações, passando à análise da pauta compartilhada anteriormente.

1- PROAD 24910/2025: Plano de capacitação da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança Cibernética (ETIR) - 2026:

Dr. Edmundo informou que a equipe fez as inscrições no curso, como autorizado anteriormente pela Presidência e pela Escola Judicial. Herbert acrescentou que seis vagas foram aprovadas e agora prosseguem os procedimentos administrativos.

Ciente este Colegiado.

2- PROAD 24902/2025: Plano de Capacitação dos Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) - 2026;

O Plano de Capacitação foi aprovado no final do ano de 2025.

Alessandro explicou que a maioria dos cursos integra plataformas já contratadas pelo Tribunal e que os contratos estão vigentes.

O Comitê ficou ciente e acompanhará o desenvolvimento do Plano de Capacitação em 2026.

3- Plano anual de capacitação de TIC de 2025 - Cursos realizados:

Alessandro resumiu a quantidade de magistrados e servidores que fizeram capacitações, o levantamento de cursos efetivamente oferecidos em 2025, as estatísticas de quantidade de integrantes do Tribunal capacitados, entre outros itens. Expondo o tema citou que no ano de 2025 foi atingido o índice de mais de 90% de cumprimento do programado, com mais de 400 cursos realizados por toda a SETIC.

Dr. Edmundo, em nome do Comitê de Governança de TIC, e Herbert, em nome da SETIC, agradeceram a parceria com a Escola Judicial.

O Comitê registrou, ainda, elogiou aos trabalhos desenvolvidos.

4- PROAD 25289/2025: Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2026 (PDTIC 2026):

Dr. Edmundo contou que a Excelentíssima Desembargadora Presidente aprovou o Plano Diretor de TIC no final de 2025.

Herbert pontuou que as ações foram iniciadas e que, a partir de fevereiro, serão trazidas para este Comitê, que tomou ciência.

5- Priorização extraordinária do DED 1501, para atendimento de tarefas relacionadas a módulos do SIGEP-JT, em demanda emergencial da Secretaria de Gestão de Pessoas - Requerimento da Diretoria-Geral:

Dr. Edmundo trouxe ao conhecimento do Colegiado que, conforme Ato Regulamentar GP 025/2024, não está mais em vigência o Subcomitê de Priorização de Demandas de TIC.

Da mesma forma, entende que tampouco compete a este Comitê a análise do pedido de priorização de DEDs, já que essas priorizações são tratadas diretamente pela Presidência.

O Comitê concordou, ficando apenas ciente da demanda, que está em andamento na SETIC.

6- PROAD 13987/2024: Recomendação CNJ nº 152/2024, que trata de cooperação judiciária entre os TRTS da 15ª e 4ª Regiões:

Herbert elucidou que, quando houve o período de enchentes no Rio Grande do Sul, houve a necessidade de desligamento de *data center* pelo TRT-4.

Ocorrendo essa cooperação, os Tribunais ligariam seus dados no *data center* de ambos, para que, no caso de uma emergência ou crise semelhante, fosse possível utilizar o que está ligado no outro Regional.

No entanto, por viabilidade econômica e orçamentária, atualmente é possível manter os dados em nuvem, com pagamento apenas quando efetivamente ligado e utilizado.

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho criou, inclusive, o Grupo de Trabalho Nacional para o Centro de Excelência em Nuvem, por meio do Ato CSJT.SG.SETIC Nº 90/2024, justamente para essas adequações em nuvem.

Em andamento, há análise dos investimentos necessários em nuvem pelas áreas técnicas competentes.

Por ora, este TRT-15 aguarda as conclusões da solução nacional do CSJT, que custeará a demanda, ficando ciente este Comitê e elevando à consideração da Presidência.

7- PROAD 1515/2026: Atualização da Portaria GP nº 062/2022, que definiu quais são as aplicações consideradas essenciais/estratégicas neste Tribunal, inclusive nos sistemas dentro do Plano de Gestão de Riscos de TIC e do plano de Gestão de Continuidade de Serviços de TIC. Proposta de alterar os sistemas “Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas - CEAT” e “Consulta de Jurisprudência” por sistemas correlatos nacionais:

Dr. Edmundo passou a palavra ao Secretário de TIC, que explicou que o Tribunal prioriza a análise de riscos e a gestão do plano de continuidade de tic dos sistemas que são

considerados essenciais/estratégicos, por meio de parceria entre a SETIC e a Assessoria de Gestão Estratégica.

No entanto, a Secretaria de TIC sugere que dois desses sistemas essenciais - “Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas - CEAT” e “Consulta de Jurisprudência” - sejam substituídos por sistemas correlatos nacionais que são utilizados atualmente, como por exemplo o Falcão.

A manutenção de dois sistemas para o mesmo objetivo pode trazer respostas diversas, comprometendo a informação, além de forçar o uso de recursos físicos e orçamentários para essa manutenção dupla.

Ademais, há normativo superior nomeando o sistema Falcão como ferramenta oficial.

Tecidos os debates, o Comitê anuiu em sugerir à Presidência o encaminhamento, para manifestações, da Vice-Presidência Judicial, da Corregedoria Regional e do Comitê Regional do PJe.

8- PROAD 25296//2025: Ciência de que Secretário de Auditoria Interna atuará como interlocutor e de quem haverá auditoria sistêmica do CSJT em governança da informação, assim como em gestão das equipes de desenvolvimento e sustentação do PJe:

Dr. Edmundo informou que o Secretário de Auditoria Interna foi definido pela Presidência como interlocutor com o CSJT.

Ciente o Comitê de que haverá auditoria sistêmica do CSJT em governança da informação, assim como em gestão das equipes de desenvolvimento e sustentação do PJe, para o ano de 2026.

9- PROAD 25868/2025: Continuidade das providências para atendimento à Portaria CNJ 471/2025, que regulamenta o Prêmio CNJ de Qualidade - edições 2026 e 2027:

Dr. Edmundo pediu informações à Iara, que noticiou que o item do iGovTIC é desmembrado em muitos outros itens, assim como o Ranking da Transparência.

No ano de 2025, o item do iGovTIC atingiu a pontuação máxima. Para este ano, será feita a mesma divulgação para todas as áreas, para comprovação de evidências, buscando manter os índices.

No caso de itens novos, que não constavam no Prêmio anterior, haverá necessidade de consolidação em planilha própria, disponibilizada pela Assessoria de Gestão Estratégica para as áreas técnicas, objetivando as melhores notas possíveis, que refletem o que o Tribunal representa.

Ciente o Comitê.

10- PROAD 1697/2026: Sugestão de encaminhamento para o atendimento das exigências contidas na avaliação de maturidade em tecnologia da informação e

comunicação que é realizada anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, avaliação esta conhecida como iGovTIC-JUD:

Dr. Edmundo explicou que houve o cumprimento do iGovTIC no ano anterior.

Herbert trouxe a sugestão de que seja encaminhada planilha com todas as questões do iGovTIC, para resposta atualizada para fevereiro, permitindo verificar o panorama e comparar com itens não atingidos ou atendidos parcialmente em 2025, de forma a haver tempo hábil para providenciar as melhorias nesses itens. Ressaltou também que mesmo nas questões em que o Tribunal pontuou integralmente, estas devem ser analisadas novamente, verificando se a realidade permanece e se as evidências são suficientes para a comprovação exigida pelo CNJ.

Um dos novos itens a pontuar seria a existência do Subcomitê de Priorização de Demandas de TIC.

O Comitê deliberou no sentido de que a SETIC envie imediatamente a todas as áreas envolvidas o questionário prévio do iGovTIC, para que sejam as respostas fornecidas até o carnaval, a tempo de que o panorama e necessidades sejam trazidas na próxima reunião, ao final de fevereiro, dia 26/2/2026.

11 - Assuntos gerais:

Herbert solicitou anuênciia para a contratação de ferramenta para controle de ativos do Tribunal. Por questão orçamentária, não foi concluída no ano passado, mas constava do Plano de Contratações de 2025. Ana Silvia reforçou que há recomendação para possibilitar a realização de inventário. Como há a intenção de dar continuidade a essa contratação, requereu a inclusão dessa ferramenta no Plano de Contratações de TIC de 2026, para posterior submissão à autorização da Presidência.

Nada mais a tratar, o Excelentíssimo Desembargador Coordenador, Edmundo Fraga Lopes, agradeceu a presença de todas e todos, encerrando a reunião às 15h10. A próxima reunião ficou agendada para 26 de fevereiro, às 14h.

Ata preparada por	Patricia Luchi Pesce (Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês)	Em	29/1/2026
Ata aprovada por	Desembargador Coordenador, Edmundo Fraga Lopes	Em	30/1/2026